



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 162149/17

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

Índice de Peças

1. Formulário de Encaminhamento
2. Extrato de Autuação
3. Ofício de Encaminhamento
4. Balanço Patrimonial
5. Publicação do Balanço Patrimonial
6. Relatório do Controle Interno
7. Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF
8. Termo de Distribuição
9. Instrução
10. Parecer Ministerial
11. Acórdão
12. Certidão de Publicação DETC
13. Certidão de trânsito em julgado

1. Formulário de Encaminhamento



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2016**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**

Gestor atual: **NILSON MARIO KONIG**

Gestor das Contas: **DIOGO RODRIGO ACHTENBERG**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Ofício de Encaminhamento (1. Ofício.pdf.p7s)
- Balanço Patrimonial (2.1 Balanço Patrimonial.pdf.p7s)
- Publicação do Balanço Patrimonial (2.2 Balanço Patrimonial Publicação (2).pdf.p7s)
- Relatório do Controle Interno (3. Relatório do controle interno e parecer.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (4 Relatórios.pdf.p7s)

PETICIONÁRIO: **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, CNPJ 01.620.534/0001-83, através do(a) Representante Legal NILSON MARIO KONIG, CPF 577.215.309-97**

Curitiba, 12 de abril de 2017 11:11:08

2. Extrato de Autuação



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 162149/17

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 162149/17

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2016

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**

Gestor atual: **NILSON MARIO KONIG**

Gestor das Contas: **DIOGO RODRIGO ACHTENBERG**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Ofício de Encaminhamento (1. Ofício.pdf.p7s)
- Balanço Patrimonial (2.1 Balanço Patrimonial.pdf.p7s)
- Publicação do Balanço Patrimonial (2.2 Balanço Patrimonial Publicação (2).pdf.p7s)
- Relatório do Controle Interno (3. Relatório do controle interno e parecer.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (4 Relatórios.pdf.p7s)

PETICIONÁRIO: **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, CNPJ 01.620.534/0001-83, através do(a) Representante Legal NILSON MARIO KONIG, CPF 577.215.309-97**

Curitiba, 12 de abril de 2017 11:11:08

3. Ofício de Encaminhamento



Poder Legislativo de Serranópolis do Iguaçu

Estado do Paraná
Rua Marechal Arthur da Costa e Silva, 469, Bairro Jardimópolis
CNPJ: 01.620.534/0001-83 - Cep 85885-000
Fone: (45) 3236-1238 - Fax: 3236-1432

Ofício n.º 31/2017

Serranópolis do Iguaçu, 11 de abril de 2017.

Assunto: Prestação de Contas Municipal.

Senhor Presidente,

A Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ: 01.620.534/0001-83, por seu representante legal, abaixo-assinado, vem por meio deste encaminhar os documentos que compõem a Prestação de Contas Municipal referente ao exercício financeiro de 2016.

Atenciosamente,


Nilson Mario Konig
Presidente

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salette, s/n.º - Centro Cívico
CEP: 80530-910 - Curitiba - PR.

4. Balanço Patrimonial

Unidade Gestora: 0000 - CAMARA MUNICIPAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.021,82	5.651,62	PASSIVO CIRCULANTE	25.072,08	33.240,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	25.072,08	33.240,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	PESSOAL A PAGAR	20.720,73	27.471,61
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	4.351,35	5.769,04
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	4.150,93	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	0,00	4.150,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.021,82	1.500,69	VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	498,32	534,02	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	523,50	966,67	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.546,90	114.931,90	RESULTADOS ACUMULADOS	96.496,64	90.888,96
IMOBILIZADO	120.546,90	114.931,90	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	96.496,64	90.888,96
BENS MÓVEIS	120.546,90	114.931,90	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS CONSOLIDAÇÃO	-2.667.660,08	-754.762,66
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-971.472,24	-857.201,76
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.696.187,84	132.583,32
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	-30.144,22
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	3.236.503,51	995.229,46
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.143.988,16	995.229,46
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.092.515,35	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-472.346,79	-149.577,84
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-163.362,15	-149.577,84
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-308.984,64	0,00
			APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.153,77	-3.546,09
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96.496,64	87.342,87
TOTAL	121.568,72	120.583,52	TOTAL	121.568,72	120.583,52

Publicado

www.serranópolis.pr.gov.br

Data: 26/01/2017

Edição: 1044

Página: 12

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	121.568,72	120.583,52	PASSIVO PERMANENTE	25.072,08	33.240,65
SALDO PATRIMONIAL				96.496,64	87.342,87

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (a executar)	13.615,77	13.232,52
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	13.615,77	13.232,52

Notas Explicativas: Os valores impressos na coluna "Exercício Anterior" referem-se aos valores apurados ao final do exercício.

Mensalmente é efetuado a provisão de férias, 13º Salário e encargos sociais sobre a folha de pagamento

O material de consumo é contabilizado como consumo imediato

Não foi contabilizado depreciação sobre Imobilizado


Nilson Mario Konig
Presidente
CPF N° 577.215.309-97


Gilce de Lorenzi
Contadora
CRC N° 35.059/O-7


Fabiana Menegol Horn
Controle Interno
CPF N° 055.826.849-80

Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu

Exercício de 2016 - Anexo 14 complementar ao Balanço Patrimonial, da Lei 4.320/64

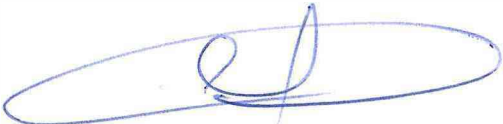
Unidade Gestora.....: CÂMARA MUNICIPAL

Órgão.....: 01 Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 01.01 Câmara Municipal

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSO EM 31.12.2016

FONTE	DESCRIÇÃO	SALDO DA FONTE	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	DÉFICIT FINANCEIRO
001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	0,00	0,00	0,00	0,00
094	Retenções em caráter consignatório	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00



Nilson Mario Konig
Presidente
CPF N° 577.215.309-97



Gilce de Lorenzi
Contadora
CRC N° 35.059/O-7



Fabiana Menegol Horn
Controle Interno
CPF N° 055.826.849-80

5. Publicação do Balanço Patrimonial



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

QUINTA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 2017

EDIÇÃO Nº: 1044 – ANO: VI

55 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Estado do Paraná
Camara Munic. de Serranópolis do Iguaçu

Unidade Gestora: 0000 - CAMARA MUNICIPAL

Balanco Patrimonial
Exercício de 2016 - Anexo 14, da Lei 4.320/64

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.021,82	5.651,62	PASSIVO CIRCULANTE	25.072,08	33.240,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	25.072,08	33.240,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	PESSOAL A PAGAR	20.720,73	27.471,61
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	4.351,35	5.769,04
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	4.150,93	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ALMOXARIFADO	0,00	4.150,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.021,82	1.500,69	VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	498,32	534,02	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	523,50	966,67	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.546,90	114.931,90	RESULTADOS ACUMULADOS	96.496,64	90.888,96
IMOBILIZADO	120.546,90	114.931,90	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	96.496,64	90.888,96
BENS MÓVEIS	120.546,90	114.931,90	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-2.667.660,08	-754.762,66
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-971.472,24	-857.201,78
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-1.696.187,84	132.583,32
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	-30.144,22
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	3.236.503,51	995.229,46
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.143.988,16	995.229,46
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.092.515,35	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-472.346,79	-149.577,84
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-163.362,15	-149.577,84
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-308.984,64	0,00
			APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.153,77	-3.546,09
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96.496,64	87.342,87
TOTAL	121.568,72	120.583,52	TOTAL	121.568,72	120.583,52

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	121.568,72	120.583,52	PASSIVO PERMANENTE	25.072,08	33.240,65
SALDO PATRIMONIAL				96.496,64	87.342,87

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (a executar)	13.615,77	13.232,52
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	13.615,77	13.232,52

Notas Explicativas: Os valores impressos na coluna "Exercício Anterior" referem-se aos valores apurados ao final do exercício.

Mensalmente é efetuado a provisão de férias, 13º Salário e encargos sociais sobre a folha de pagamento

O material de consumo é contabilizado como consumo imediato

Não foi contabilizado depreciação sobre Imobilizado


Nilson Mario Konig
Presidente
CPF Nº 577.215.309-97


Gilce de Lorenzi
Contadora
CRC Nº 35.059/O-7


Fabiana Meneghi Horn
Controle Interno
CPF Nº 055.826.849-80

PRONIM CP - Contabilidade Pública



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2017

EDIÇÃO Nº: 1085 – ANO: VI

5 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

ANEXO 14 COMPLEMENTAR AO BALANÇO PATRIMONIAL – PODER LEGISLATIVO

Estado do Paraná

Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu

Exercício de 2016 - Anexo 14 complementar ao Balanço Patrimonial, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora.....: CÂMARA MUNICIPAL

Órgão.....: 01 Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 01.01 Câmara Municipal

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSO EM 31.12.2016					
FONTE	DESCRIÇÃO	SALDO DA FONTE	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	DÉFICIT FINANCEIRO
001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	0,00	0,00	0,00	0,00
094	Retenções em caráter consignatório	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00


Nilson Mario Konig
Presidente
CPF Nº 577.215.309-97


Gilce de Lorenzi
Contadora
CRC Nº 35.059/O-7


Fabiana Menegol Horn
Controle Interno
CPF Nº 055.826.849-80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.

6. Relatório do Controle Interno



Anexo 2 - Modelo 3/PCA - Instrução Normativa nº. 128/2017
MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
Exercício de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO
Exercício de 2016

1. Normatização

Resolução n.º 2 de 02/05/2011, regulamentada em 11/05/2011.

Data de Apresentação do Projeto de Resolução n.º 3/2011, de Criação do Controle Interno, ao Plenário da Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu. 18/04/2011

Data da Aprovação do Projeto de Resolução n.º 3/2011 de Criação do Controle Interno na Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu 02/05/2011

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno

CONTROLADOR	
Nome: Fabiana Menegol Horn	CPF: 055.826.849-80
Período de responsabilidade: Data do Início: 10/05/2011	Data do Fim: 31/12/2017
Servidor Ocupante de Cargo Efetivo? (X) SIM	() NÃO
Nome do Cargo Ocupado: Técnica Administrativa	

3. Relação de Servidores

No encerramento do exercício de 2016, a Controladoria do Município de Serranópolis do Iguaçu – PR, era composta somente pela servidora relacionada no item 2 deste Relatório.

4. Ações desenvolvidas

Listar as auditorias ou avaliações especiais ou pontuais realizadas durante o exercício de 2016, indicando a data/período da realização e o respectivo escopo.

Auditorias E/Ou Avaliações Realizadas – Ano 2016			
	Escopo	Observação	Período 2016 (01/01 a 31/12)
01	• Acompanhamento das receitas e despesas;	*****	Diária
02	• Acompanhamento da agenda de Obrigações;	*****	Conforme Agenda
03	• Acompanhamento quanto à publicidade dos atos oficiais;	*****	Diário
04	• Acompanhamento da execução orçamentária;	*****	Diária

Menegol



Anexo 2 - Modelo 3/PCA - Instrução Normativa nº. 128/2017
MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
Exercício de 2016

05	Acompanhamento dos Gastos com Pessoal;	*****	Mensal
06	Acompanhamento da gestão de Almoxarifado;	*****	Mensal
07	Acompanhamento da gestão Patrimonial;	*****	Mensal
08	Expedição de Ofício n.º 001, 002 e 003/2016 do Controle Interno;	*****	Quando necessário
09	Relatório de Atividades realizadas do Controle Interno;	*****	Trimestralmente
10	Acompanhamento do Portal da Transparência.	*****	Diário

5. Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4.

Em auditoria no segundo trimestre do ano de 2016, foi detectado que a servidora ocupante do cargo em Comissão de Assessor da Presidência estava cumprindo somente 20 (vinte) horas semanais, sendo que sua carga horária seria de 40 (quarenta) horas semanais. Foi encaminhado ao Presidente da Casa, ofício informando o descumprimento da Lei n.º 1.117/2013, de 26 de novembro de 2013, em que altera o anexo IV da Lei n.º 828/2011, de 06 de janeiro de 2011, solicitando, ao mesmo, que tomasse as devidas providências cabíveis. O Presidente solicitou à servidora que cumprisse sua carga horária segundo a lei estabelecida, após feito isso, a servidora efetuou pedido de exoneração de seu cargo de Assessor da Presidência.

6. Síntese das avaliações

Elencamos abaixo os itens/assuntos que fizeram parte do programa de trabalho desenvolvido pelo Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Serranópolis do Iguaçu – PR, durante o exercício de 2016, bem como, alguns comentários, justificativas e providências adotadas, consideradas relevantes, em virtude das avaliações e resultados apresentados:

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	Regular
Ações e programas do PPA previstos para o período	Regular

Frederico



Anexo 2 - Modelo 3/PCA - Instrução Normativa nº. 128/2017
MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
Exercício de 2016

Execução Orçamentária	
Programação financeira e congelamento de dotações	Regular
Alterações Orçamentárias	
Créditos Suplementares (não houve no ano de 2016)	Regular
Créditos Especiais (não houve no ano de 2016)	Regular
Créditos Extraordinários (não houve no ano de 2016)	Regular
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo	
Apropriação contábil da Despesa	Regular
Limite de Gastos Nos dados aqui apresentados, a Câmara de Vereadores totalizou com gastos de pessoal o montante de 4,46% da Receita Corrente Líquida, CUMPRINDO os limites de pessoal estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alínea (a), da Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal que limita as despesas de pessoal a 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida.	Regular (4,46%)
Limites Constitucionais	
Gastos do Poder Legislativo A população do município de Serranópolis do Iguaçu – PR, estimativa do IBGE 2014, atualmente é de 4.659 habitantes e os gastos do Poder Legislativo no exercício equivalente a 5,54965% . de acordo com o exposto, podemos concluir que foi CUMPRIDA a legislação disposta no artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal, pois esta limita o valor dos Gastos do Legislativo com população de 4.659 habitantes em 7% da Receita Tributaria e das transferências previstas no parágrafo quinto, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Regular (5,54965%)
Folha de pagamento da Câmara (máx. de 70%) O total de recursos dos Suprimentos despendido pela Câmara de Vereadores com sua Folha de Pagamento, foi apenas 53,2% ou seja, o Poder Legislativo Municipal CUMPRIU o limite estabelecido no artigo 29-A, parágrafo primeiro, da Constituição Federal, que limita estas despesas a 70% (setenta por cento).	Regular (53,2%)
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM)	Regular



Anexo 2 - Modelo 3/PCA - Instrução Normativa n.º. 128/2017
MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
Exercício de 2016

7. Demais ações desenvolvidas.

Em relação aos Sistema de Gestão e Acompanhamento - SGA, no item Apontamento Preliminar de Acompanhamento - APA, código n.º 2413 - não foi atendido por perca de prazo, o qual solicitava Lei informando o prazo para julgamento e encaminhamento das contas do Poder Executivo. Entrando em contato, no dia 16 de dezembro de 2016, com a Servidora do TCE/PR Senhora Daisy Maria Benetti, a mesma, solicitou que encaminhássemos as informações via Canal de Comunicação - CACO, no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR. Sendo então, encaminhadas e concluídas as informações através da demanda n.º 139310, no dia 19 de dezembro de 2016, no Canal de Comunicação.

Serranópolis do Iguaçu – PR, 10 de abril de 2017.

Fabiana Menegol Horn
Coordenadora do Controle Interno



Anexo 2 - Instrução Normativa nº. 128/2017
MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
Exercício de 2016

PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

**AVALIAÇÃO DA GESTÃO
(PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)**

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de controle interno no exercício financeiro de 2016, do CHEFE DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração, para as medidas que entender devidas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Serranópolis do Iguaçu – PR, 10 de abril de 2017.

Fabiana Menegol Horn
Coordenadora do Controle Interno

CONCLUSÃO PELA REGULARIDADE.

7. Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2016

EDIÇÃO Nº: 0789 – ANO: V

20 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

RGF – PODER LEGISLATIVO – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

Página: 1 de 1
27/01/2016 10:55

Camara Munic. de Serranopolis do Iguacu - PR

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	922.144,34	-
Pessoal Ativo	922.144,34	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	922.144,34	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.613.662,59	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	922.144,34	4,47
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.236.819,76	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.174.978,77	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.113.137,78	5,40

FONTE: PRONIM RIF - Responsabilidade Fiscal, 25/Mai/2015, 15h e 08m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CRC Nº 886.432.209-49


Fabiana Meneguelli Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2016

EDIÇÃO Nº: 0789 – ANO: V

20 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Camara Munic. de Serranópolis do Iguaçu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

2º Bimestre de 2015

LRF, Art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		20.613.662,59
DESPESA COM PESSOAL		VALOR
Despesa Total com Pessoal DTP		922.144,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00		1.236.819,76
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70		1.174.978,77
RESTOS A PAGAR		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total		-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2016, 10h e 15m.


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de
www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2016

EDIÇÃO Nº: 0789 – ANO: V

20 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Câmara Munic. de Serranópolis do Iguaçu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/dez/2015, D9h e 28m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegon Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura da garantia da autenticidade deste documento,
desde que visualizado através de
www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

QUINTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2016

EDIÇÃO Nº: 0789 – ANO: V

20 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Camara Munic. de Serranópolis do Iguaçu - PR - Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/dez/2015, 09h e 34m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleudir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80

Camara Munic. de Serranópolis do Iguacu - PR

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL

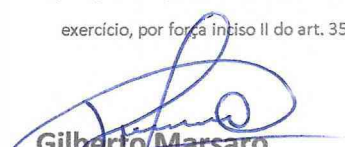
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	922.144,34	-
Pessoal Ativo	922.144,34	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	922.144,34	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.613.662,59	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	922.144,34	4,47
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.236.819,76	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.174.978,77	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	1.113.137,78	5,40

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Mai/2015, 15h e 08m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CRC N° 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80

Camara Munic. de Serranopolis do Iguacu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

2º Bimestre de 2015

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		20.613.662,59
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	922.144,34	4,47
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.236.819,76	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.174.978,77	5,70
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
<u>Valor Total</u>	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2016, 10h e 15m.


Gilberto Marsaro
 Presidente
 CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
 Diretor Financeiro
 CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
 Controladora Interna
 CPF nº 055.826.849-80

Camara Munic. de Serranopolis do Iguacu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/dez/2015, 09h e 28m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegolli Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80

Camara Munic. de Serranopolis do Iguacu - PR - Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2015

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 31/dez/2015, 09h e 34m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial


Gilberto Marsaro
 Presidente
 CPF nº 886.450.619-53


Cleudir Francisco Dalbosco
 Diretor Financeiro
 CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
 Controladora Interna
 CPF nº 055.826.849-80

Camara Munic. de Serranópolis do Iguacu - PR

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Julho/2015 a Junho/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL

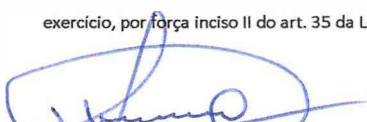
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	958.445,81	-
Pessoal Ativo	958.445,81	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	2.506,45	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.506,45	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	955.939,36	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.449.345,03	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	955.939,36	4,46
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.286.960,70	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.222.612,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	1.158.264,63	5,40

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/jul/2016, 10h e 08m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CRC Nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80

Publicado

www.serranópolis.pr.gov.br

Data: 22/07/2016

Edição: 916

Página: 3

Camara Munic. de Serranópolis do Iguacu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

1º Bimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.449.345,03	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	955.939,36	4,46
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.286.960,70	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.222.612,67	5,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Jul/2016, 10h e 15m.


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80

Publicado

www.serranópolis.pr.gov.br

Data: 22/07/2016

Edição: 916

Página: 4



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

SEXTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2016

EDIÇÃO Nº: 0916 – ANO: V

6 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – PODER LEGISLATIVO

Página: 1 de 1
20/07/2016 15:38

Camara Munic. de Serranopolis do Iguacu - PR

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Julho/2015 a Junho/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	958.445,81	-
Pessoal Ativo	958.445,81	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.506,45	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.506,45	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	955.939,36	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.449.345,03	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	955.939,36	4,46
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.286.960,70	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.222.612,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.158.264,63	5,40

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Jul/2016, 10h e 08m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CRC Nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de
www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

SEXTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2016

EDIÇÃO Nº: 0916 – ANO: V

6 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Camara Munic. de Serranópolis do Iguaçu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

1º Bimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.449.345,03	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	955.939,36	4,46
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.286.960,70	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.222.612,67	5,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Jul/2016, 10h e 15m.


Gilberto Marsaro
Presidente
CPF nº 886.450.619-53


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de
www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2017

EDIÇÃO Nº: 1081 – ANO: VI

125 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

REPUBLICAÇÃO – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO

REPUBLICAÇÃO

Camara Munic. de Serranópolis do Iguaçu - PR

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Julho/2015 a Junho/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CAMARA MUNICIPAL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	958.445,81	-
Pessoal Ativo	958.445,81	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO CANCELADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.506,45	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.506,45	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	955.939,36	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.447.892,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIa) + (IIb)	955.939,36	4,46
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.286.873,53	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = [(0,95 * VI)] (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.222.529,85	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = [(0,90 * VI)] (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.158.186,18	5,40

FONTE: PRONAF - Responsabilidade Fiscal, 16/mar/2017, 08h e 08m.

Nota: I) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas

inscridas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas

estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

1) Replicação devido ao ajuste na Receita Corrente Líquida do Executivo.

Nilson Mário König
Presidente
CPF nº 577.215.309-97

Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CRC Nº 886.432.209-49

Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2017

EDIÇÃO Nº: 1081 – ANO: VI

125 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

REPUBLICAÇÃO – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 1º BIMESTRE 2016 – PODER LEGISLATIVO

REPUBLICAÇÃO

Camara Munic. de Serranópolis do Iguaçu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

1º Bimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		21.447.892,18
DESPESA COM PESSOAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	955.939,36	4,46
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.286.873,53	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.222.529,85	5,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/mar/2017, 08h e 15m.


Nilson Mario Konig
Presidente
CPF nº 577.215.309-97


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.

Camara Munic. de Serranópolis do Iguacu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

1º Semestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.447.892,18	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	955.939,36	4,46
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.286.873,53	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.222.529,85	5,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal,16/mar/2017, 08h e 15m.


Nilson Mario Konig
 Presidente
 CPF nº 577.215.309-97


Cleucir Francisco Dalbosco
 Diretor Financeiro
 CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
 Controladora Interna
 CPF nº 055.826.849-80

Errata: No Relatório Demonstrativo Simplificado do relatório de Gestão Fiscal publicado em 17/03/2017 na edição nº 1081, página 125, no Diário Eletrônico Municipal de Serranópolis do Iguacu, onde lê-se **1º Bimestre de 2016, Leia-se 1º Semestre de 2016**



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – PR

De acordo com a Lei Municipal nº 905, de 22 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 1210, de 24 de junho de 2014.

TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2017

EDIÇÃO Nº: 1084 – ANO: VI

10 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

REPUBLICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – PODER LEGISLATIVO

REPUBLICAÇÃO

Camara Munic. de Serranópolis do Iguaçu - PR - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

1º Semestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.447.892,18	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	955.939,36	4,46
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.286.873,53	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.222.529,85	5,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 16/mar/2017, 08h e 15m.


Nilson Mario Konig
Presidente
CPF nº 577.215.309-97


Cleucir Francisco Dalbosco
Diretor Financeiro
CPF nº 886.432.209-49


Fabiana Menegol Horn
Controladora Interna
CPF nº 055.826.849-80

Errata: No Relatório Demonstrativo Simplificado do relatório de Gestão Fiscal publicado em 17/03/2017 na edição nº 1081, página 125, no Diário Eletrônico Municipal de Serranópolis do Iguaçu, onde lê-se 1º Bimestre de 2016, Lela-se 1º Semestre de 2016



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
A Prefeitura da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.serranopolis.pr.gov.br no link Diário Oficial.

8. Termo de Distribuição



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº1966/2017

Processo Nº: 162149/17

Data e hora da distribuição: 12/04/2017 11:14:03

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

Interessado: DIOGO RODRIGO ACHTENBERG, NILSON MARIO KONIG

Exercício: 2016

Modalidade de distribuição: dependência ao Processo nº 867971/16, conforme Art. 346 inciso IV do Regimento Interno.

Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Impedimentos:

9. Instrução



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

PROCESSO Nº: 162149/17

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

INSTRUÇÃO Nº: 3096/2017 - COFIM - PRIMEIRO EXAME

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU.
Prestação de Contas do exercício de 2016. Primeiro Exame.
Contas Regulares.

SUMÁRIO DO ESCOPO DA ANÁLISE E INDICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS APONTADAS NESTA INSTRUÇÃO

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE ANÁLISE	ITENS CONSTATADOS	ITENS NÃO CONSTATADOS
CONTROLE INTERNO		
Ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno.		Nada Constatado
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.		Nada Constatado
O Relatório do Controle Interno apresenta ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão.		Nada Constatado
RESULTADO PATRIMONIAL		
Ausência de encaminhamento do Balanço Patrimonial emitido pela Contabilidade e/ou da respectiva publicação. Considera ainda a hipótese de a publicação não atender às especificações.		Nada Constatado
Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIMAM.		Nada Constatado
ASPECTOS FISCAIS - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		
Limite de despesas com pessoal – não retorno ao limite no prazo legal.		Nada Constatado
Limite de despesas com pessoal – não redução de 1/3 no prazo legal.		Nada Constatado
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – ausência de comprovação da publicação.		Nada Constatado
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – atraso na publicação.		Nada Constatado
ENCERRAMENTO DE MANDATO		
Despesas com publicidade institucional realizadas no primeiro semestre de 2016 em montante superior a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito		Nada Constatado
Despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições (exceto a publicação legal das normas, regulamentos e editais).		Nada Constatado
GESTÃO DO LEGISLATIVO		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Extrapolação do teto constitucional para despesas da Câmara.		Nada Constatado
Extrapolação do limite para despesas com a folha de pagamento.		Nada Constatado
Existência de superávit/déficit financeiro na fonte 001 – recursos livres		Nada Constatado
MULTAS DECORRENTES DE ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.		Nada Constatado
Entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso.		Nada Constatado
OUTRAS VERIFICAÇÕES		
Acompanhamento de Acórdão do TCE/PR.		Nada Constatado

PRELIMINARES

Trata-se da prestação de contas do(a) **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, relativa ao exercício financeiro de 2016, cujo conteúdo e estruturação encontram-se definidos nas Instruções Normativas nº 124/2017 e 128/2017, do Tribunal de Contas do Paraná.

A presente Instrução tem por finalidade reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno - Resolução nº 01/2006 e atualizações.

O exame realizado no processo deteve-se na verificação da observância de procedimentos aplicáveis à Administração Pública e na avaliação de pontos de controle atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/00, com o objetivo de instruir a emissão do Opinitivo sobre as contas prestadas pelo Responsável.

PARTE I - EXPOSITIVA

Este título contempla as principais peças da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultado, na conformação aos formatos estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, além dos demonstrativos relativos ao atendimento das exigências legais e constitucionais. Os valores que serão reproduzidos foram extraídos da base de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

dados de responsabilidade exclusiva da entidade municipal, transmitidas no âmbito do Sistema de Informações Municipais – SIM-AM.

RESPONSÁVEIS PELA ENTIDADE

CARGO/FUNÇÃO	NOME	CPF	INÍCIO	FINAL	CRC
Presidente da Câmara	DIOGO RODRIGO ACHTENBERG	007.845.619-31	03/10/2016	31/12/2016	
Presidente da Câmara	GILBERTO MARSARO	886.450.619-53	01/01/2016	02/10/2016	
Contador	GILCE DE LORENZI	727.628.709-25	01/01/2015	31/12/2016	35059/O-7
Controle Interno	FABIANA MENEGOL HORN	055.826.849-80	01/01/2015	31/12/2016	

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - ORÇAMENTO ANUAL

O Orçamento para o exercício foi aprovado pela Lei Municipal nº 1373/2015, de 04/12/2015.

1.2 - ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO

TIPO DE CRÉDITO ADICIONAL	LEI Nº
a) Créditos Suplementares	Não houve
b) Créditos Especiais	1412/2016
c) Créditos Extraordinários	Não houve

Resumo das Alterações

TIPO DE CRÉDITO ADICIONAL	VALOR
Créditos Especiais	5.000,00
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Suplementares	0,00
TOTAL	5.000,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR
Cancelamento de Dotações	5.000,00
Excesso de Arrecadação	0,00
Operações de Crédito	0,00
Superávit Financeiro	0,00
TOTAL	5.000,00

1.3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANOPOLIS DO IGUAÇU
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
12/2016

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Bruta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções de Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (IV)	2.048.300,00	2.048.300,00	1.143.988,16	- 904.311,84
TOTAL (V) = (III + IV)	2.048.300,00	2.048.300,00	1.143.988,16	- 904.311,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de créditos adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESA EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	1.520.000,00	1.520.000,00	1.138.373,16	1.138.373,16	1.138.373,16	381.626,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.210.000,00	1.215.000,00	965.785,58	965.785,58	965.785,58	249.214,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	310.000,00	305.000,00	172.587,58	172.587,58	172.587,58	132.412,42
DESPESAS DE CAPITAL	528.300,00	528.300,00	5.615,00	5.615,00	5.615,00	522.685,00
INVESTIMENTOS	528.300,00	528.300,00	5.615,00	5.615,00	5.615,00	522.685,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	2.048.300,00	2.048.300,00	1.143.988,16	1.143.988,16	1.143.988,16	904.311,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	2.048.300,00	2.048.300,00	1.143.988,16	1.143.988,16	1.143.988,16	904.311,84
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	2.048.300,00	2.048.300,00	1.143.988,16	1.143.988,16	1.143.988,16	904.311,84

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) / TCE-PR, Unidade Responsável: Coordenadoria de Fiscalização Municipal – COFIM, Data e Hora da emissão: 01/12/2017 13:31



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

1.4 - BALANÇO FINANCEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANOPOLIS DO IGUAÇU BALANÇO FINANCEIRO 12/2016

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	1.143.988,16	1.097.285,89
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	1.143.988,16	1.097.285,89
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de	0,00	0,00	Contratos de Rateio de	0,00	0,00
Consórcios Públicos	0,00	0,00	Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.160.000,00	1.107.000,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	16.011,84	9.714,11
Recebimentos Extraorçamentários (III)	165.046,93	151.124,92	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	165.046,93	151.124,92
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Realizável - Inscrição	0,00	0,00	Realizável - Cancelam./Baixa	0,00	0,00
Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	Cisão, Fusão, Extin.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	165.046,93	151.124,92	Valores Restituíveis	165.046,93	151.124,92
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	0,00	0,00	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.325.046,93	1.258.124,92	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.325.046,93	1.258.124,92

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) / TCE-PR, Unidade Responsável: Coordenadoria de Fiscalização Municipal – COFIM, Data e Hora da emissão: 01/12/2017 13:31



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

2 - ASPECTOS PATRIMONIAIS

2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANOPOLIS DO IGUAÇU
BALANÇO PATRIMONIAL
12/2016

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.021,82	5.651,62	PASSIVO CIRCULANTE	25.072,08	33.240,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	25.072,08	33.240,65
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Obrigações Fiscais	0,00	0,00
Crédito de Transferências a Receber	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	4.150,93	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	1.021,82	1.500,69	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	120.546,90	114.931,90	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	25.072,08	33.240,65
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00			
Clientes a Longo Prazo	0,00	0,00			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00			
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00			

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social/Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

<u>Investimentos</u>	0,00	0,00	Reservas de Lucros	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00	Resultados Acumulados	96.496,64	87.342,87
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00	Resultado do Exercício	9.153,77	- 3.546,09
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	87.342,87	90.888,96
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
<u>Imobilizado</u>	120.546,90	114.931,90	Outros Resultados	0,00	0,00
Bens Móveis	120.546,90	114.931,90	Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00			
<u>Intangível</u>	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00			
<u>Diferido</u>	0,00	0,00			
TOTAL DO ATIVO	121.568,72	120.583,52	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96.496,64	87.342,87
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.568,72	120.583,52

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	121.568,72	120.583,52	PASSIVO PERMANENTE	25.072,08	33.240,65
SALDO PATRIMONIAL				96.496,64	87.342,87

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldos dos Atos Potenciais Ativos			Saldos dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a Receber	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneros a Liberar	0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	13.615,77	13.232,52
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	13.615,77	13.232,52

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) / TCE-PR, Unidade Responsável: Coordenadoria de Fiscalização Municipal – COFIM, Data e Hora da emissão: 01/12/2017 13:31

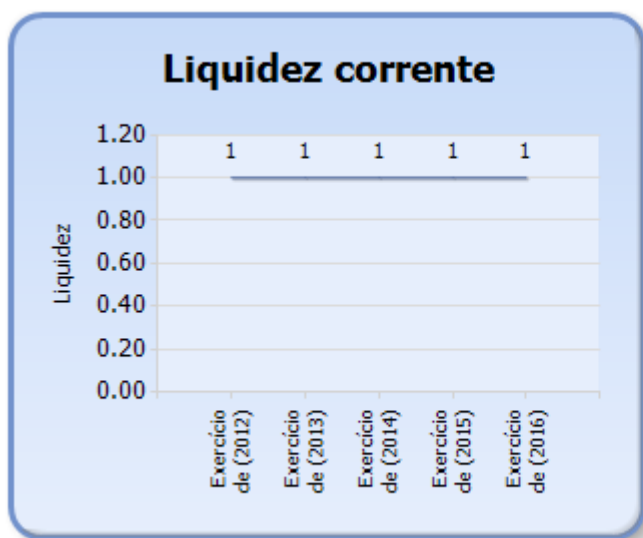


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

2.2 - EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (TODAS AS FONTES)

Período	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Disponível	Liquidez Corrente
Exercício de (2012)	0,00	0,00	0,00	-
Exercício de (2013)	0,00	0,00	0,00	-
Exercício de (2014)	0,00	0,00	0,00	-
Exercício de (2015)	0,00	0,00	0,00	-
Exercício de (2016)	0,00	0,00	0,00	-



2.3 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANOPOLIS DO IGUAÇU DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 12/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.160.000,00	1.107.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.160.000,00	1.107.000,00
Transferências Intragovernamentais	1.160.000,00	1.107.000,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.150.846,23	1.110.546,09
Pessoal e Encargos	960.994,78	933.855,62
Remuneração a Pessoal	794.254,86	769.475,27
Encargos Patronais	163.362,15	159.406,80
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.377,77	4.973,55
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	173.764,02	166.527,96
Uso de material de consumo	29.125,06	21.052,68
Serviços	144.638,96	145.475,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	16.011,84	9.714,11
Transferências Intragovernamentais	16.011,84	9.714,11
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos	0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	75,59	448,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	75,59	448,40
Contribuições	0,00	0,00
Custo com Tributos	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.153,77	- 3.546,09

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	5.615,00	5.066,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) / TCE-PR, Unidade Responsável: Coordenadoria de Fiscalização Municipal – COFIM, Data e Hora da emissão: 01/12/2017 13:31



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

3 - ASPECTOS FISCAIS - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE ANÁLISE	ABRANGÊNCIA
Limite de despesas com pessoal – não retorno ao limite no prazo legal.	Executivo e Legislativo
Limite de despesas com pessoal – não redução de 1/3 no prazo legal.	Executivo e Legislativo
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – ausência de comprovação da realização.	Executivo
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – atraso na realização.	Executivo
Limite da Dívida Consolidada – não redução de 25% no prazo legal.	Executivo
Limite da Dívida Consolidada – não retorno ao limite no prazo legal.	Executivo
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – ausência de comprovação da publicação.	Executivo
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – atraso na publicação.	Executivo
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – ausência de comprovação da publicação.	Executivo e Legislativo
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – atraso na publicação.	Executivo e Legislativo
Cumprimento do art. 42 da LRF conforme Prejulgado 15 TCE/PR.	Executivo

3.1 - ALERTAS EMITIDOS REFERENTES ÀS ANÁLISES DO EXERCÍCIO DE 2016

Não foram emitidos alertas durante o exercício em análise.

3.2 - DESPESAS COM PESSOAL

MÊS E ANO BASE	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESA COM PESSOAL	% GASTO	SITUAÇÃO
6/2014	18.560.926,62	833.795,87	4,49	Normal
12/2014	19.088.613,26	846.998,94	4,44	Normal
6/2015	20.052.991,34	879.701,02	4,39	Normal
12/2015	20.613.662,59	922.144,34	4,47	Normal
6/2016	21.447.892,18	955.939,36	4,46	Normal
12/2016	22.927.205,25	963.279,13	4,20	Normal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

4 - CONTROLE INTERNO

PONTOS DE VERIFICAÇÃO SOBRE O CONTROLE INTERNO

ITENS DE VERIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
Consta do processo o Relatório do Controle Interno?	SIM
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta o conteúdo mínimo prescrito pelo Tribunal?	SIM
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta irregularidade passível de desaprovação das contas anuais?	NÃO

5 - GESTÃO DO LEGISLATIVO

5.1 - LIMITE DA DESPESA TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita Tributária Arrecadada em 2015	21.140.231,90
Limite Percentual x Faixa de População	7,00
Limite máximo para despesa total em 2016	1.479.816,23
Valor Total de despesa realizada em 2016	1.143.988,16
(-) Despesa com Inativos	0,00
(+) Despesa executada no orçamento da Prefeitura	0,00
(-) Despesa executada na Fonte 068	0,00
(+) Provisões para o Fundo de Obras	0,00
(=) Total da Despesa Realizada	1.143.988,16
Percentual Aplicado	5,41
Excesso Verificado em R\$	0,00
Excesso Verificado em %	0,00

5.2 - LIMITE PARA GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Limite Máximo para despesa total em 2016	1.479.816,23
Teto máximo para folha (70%)	1.035.871,36
Despesa realizada com folha de pagamento	965.785,58
(-) Obrigações Patronais	164.344,84



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

(-) Despesas com Inativos	0,00
Despesa Líquida com Folha de Pagamento	801.440,74
Percentual Aplicado	54,16
Excesso verificado em R\$	0,00
Excesso verificado em %	0,00

5.3 - RESULTADO DOS RECURSOS LIVRES

FONTE DE RECURSO	RESULTADO
Recursos do Tesouro (Descentralizados)	0,00

Nota - Para este item de análise apura-se restrição quando o Superávit das Fontes Livres ao final do exercício for superior a R\$ 1.500,00 (10% do valor estabelecido no § 5º do artigo 1º da Resolução nº 60/17 - TCE/PR), ou qualquer valor quando deficitário.

6 - ENCERRAMENTO DE MANDATO

6.1 - DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL REALIZADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016.

DESCRIÇÃO	VALOR
1º Semestre de 2013	0,00
1º Semestre de 2014	0,00
1º Semestre de 2015	0,00
Média dos três últimos anos	0,00
1º Semestre de 2016	0,00

Nota - Para este item de análise apura-se restrição quando a diferença entre o gasto no primeiro semestre de 2016 e a média dos gastos nos primeiros semestres anteriores for superior a R\$ 1.500,00 (10% do valor estabelecido no § 5º do artigo 1º da Resolução nº 60/17 - TCE/PR).

O quadro acima demonstra que, no exercício em análise, a entidade não realizou despesas com publicidade em desacordo com as disposições do art. 73, VII, da Lei Federal nº 9.504/97.

6.2 - DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO PERÍODO DE VEDAÇÃO QUE ANTECEDE AS ELEIÇÕES

MÊS	VALOR
Julho	0,00
Agosto	0,00
Setembro	0,00
Outubro	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Nota 1 - Conforme Resolução nº 23.457 - TSE a vedação para despesas com publicidade compreende o período de 2 de julho de 2016 até a realização do pleito.

Nota 2 - Para este item de análise apura-se restrição quando o somatório dos valores apurados nos meses que antecedem o pleito for superior a R\$ 1.500,00 (10% do valor estabelecido no § 5º do artigo 1º da Resolução nº 60/17 - TCE/PR).

O quadro acima demonstra que, no exercício em análise, a entidade não realizou despesas com publicidade em desacordo com as disposições do art. 73, VI, b, da Lei Federal nº 9.504/97.

7 - ATRASO NA ENTREGA DO SIM-AM E/OU DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

7.1 - ENTREGA DOS DADOS DO SIM-AM COM ATRASO

Verifica-se no registro de entrega dos dados eletrônicos mensais do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM, que a Entidade atendeu aos prazos estipulados nas Instruções Normativas TCE/PR nº 115/2016 e 129/2017, relativa à Agenda de Obrigações para o exercício objeto da análise.

7.2 - ENTREGA DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS COM ATRASO

Verifica-se na autuação do processo de Prestação de Contas que a Entidade atendeu o prazo estipulado no art. 225, caput, do Regimento Interno do TCE/PR, estendido para 30/04/2017, conforme Anexo I, da Instrução Normativa nº 129/2017.

PARTE II - CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE

8 - RESULTADO DA ANÁLISE

A análise das contas está cingida aos assuntos contidos no escopo definido na Instrução Normativa nº 124/2017, sendo que a abordagem à luz dos critérios técnicos e legais a que estão sujeitos não resultou em apontamentos no sentido de recomendações ou restrições.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

PARTE III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCESSOS DA ENTIDADE

a) ESCOPO DO PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO REMOTO PARA O EXERCÍCIO

O Procedimento de Acompanhamento Remoto - PROAR teve como objeto de escopo de acompanhamento para o exercício em análise os casos abaixo relacionados:

DESCRIÇÃO DOS CASOS DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Atos de desaposentação	COFAP
Atraso ou não encaminhamento de atos de inativação/pensão para registro	COFAP
Atraso ou não encaminhamento prestação de contas de admissão de pessoal (teste seletivo/concurso público)	COFAP
Contratação irregular de advogados e contadores	COFAP
Contratação irregular de prestação de serviço	COFAP
Inobservância da obrigatoriedade da aposentadoria compulsória pelo ente	COFAP
Irregularidade no pagamento de verbas a servidores	COFAP
Pagamento de verbas incompatíveis com cargos em comissão	COFAP
Possíveis irregularidades em Cargos Comissionados	COFAP
Remuneração de servidores municipais acima do subsídio do Prefeito.	COFAP
Violação das vedações previstas na Lei Eleitoral	COFAP
Análise de edital de licitação	COFE
Análise dos Atos de Fixação dos Subsídios	COFIM
Contratação irregular de advogados e contadores	COFIM
Desconformidade verificada na apuração da receita de impostos	COFIM
Extrapolação na Remuneração dos Agentes Políticos	COFIM
Inconformidades relacionadas aos registros contábeis	COFIM
Portal da Transparência em Desconformidade com a IN 89/2013 TCE/PR	COFIM
Acompanhamento Transferências 2016	COFIT
Análise de edital de licitação	COFIT
Análise de edital/PPP	COFIT
Análise preliminar dos Editais de Licitação - Irregularidades e afrontas à Jurisprudência do TCE-PR	COFIT
Cobrança de taxa de adesão	COFIT
Contratação irregular de prestação de serviço	COFIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

Descumprimento dos prazos no Sistema Integrado de Transferências	COFIT
Restrição de Competitividade na Qualificação e Contratualização de OS e OSCIP	COFIT
Análise de edital/PPP	COFOP
Informações de Obras no SIM-AM	COFOP

b) - PROCESSOS REFERENTES À ENTIDADE

Não constaram do banco de dados do TCE/PR, no momento da emissão desta Instrução, registros de processos relativos à Entidade para este exercício de análise da Prestação de Contas Municipais.

c) - SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Informa-se a seguir a situação das Prestações de Contas, relativas aos últimos exercícios, conforme consta do banco de dados do TCE/PR.

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
145835/13	2012	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	4565/2013	Regular
268191/14	2013	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	6237/2015	Regular
150232/15	2014	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	755/2016	Regular
154150/16	2015	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	3305/2016	Regular

PARTE IV - CONCLUSÃO

Efetivado o exame da prestação de contas da CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, relativa ao exercício financeiro de 2016 e à luz das constatações relatadas neste instrutivo, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade.

Destaca-se, contudo, que as conclusões aqui expostas não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, não validam divergências em informações de caráter declaratório, não detectadas na



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Fiscalização Municipal

análise, e nem eximem anomalias levantadas em outras espécies de procedimentos fiscalizatórios, tais como: Procedimentos de Acompanhamento Remoto, Auditorias, Inspeções, Tomadas de Contas, Comunicação de Irregularidades, Denúncias ou Representações.

É a instrução.

COFIM, 01 de dezembro de 2017.

Ato emitido por CARLOS ALBERTO HEMBECKER - Analista de Controle - Matrícula nº 501255.

Encaminhe-se ao MPjTC, de acordo com o art. 353 do Regimento Interno.

Encaminhado por EDNILSON DA SILVA MOTA - Coordenador - Matrícula nº 512397.

10. Parecer Ministerial

PROTOCOLO Nº: 162149/17

ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

INTERESSADO: NILSON MARIO KONIG, DIOGO RODRIGO ACHTENBERG

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual

PARECER: 9111/17

Prestação de Contas. Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu. Exercício de 2016. Pela regularidade.

Trata-se de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Serranópolis do Iguaçu, relativa ao exercício financeiro de 2016.

Em primeira análise, a Coordenadoria de Fiscalização Municipal por meio da Instrução nº 3096/17-COFIM, opinou pela regularidade, por entender que não foram constatadas nenhuma impropriedade ou restrições nas contas.

Ante o exposto, esta Procuradora do Ministério Público de Contas, com base na Instrução 3096/17 - COFIM manifesta-se pela **regularidade** desta prestação de contas.

Curitiba, 4 de dezembro de 2017

Assinatura Digital

VALÉRIA BORBA

Procuradora do Ministério Público de Contas

11. Acórdão



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 162149/17
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU
INTERESSADO: DIOGO RODRIGO ACHTENBERG, NILSON MARIO KONIG
ADVOGADO /
PROCURADOR:
RELATOR: CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

ACÓRDÃO Nº 632/18 - Segunda Câmara

EMENTA: Prestação de contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, exercício de 2016. Julgamento pela **REGULARIDADE** das contas.

RELATÓRIO

As contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, relativas ao exercício de 2016, foram encaminhadas pelo seu Presidente **Sr. NILSON MARIO KONIG**, gestão 01/01/2017 a 31/12/2017, dando cumprimento às disposições e determinações legais.

Recebidas, foram submetidas à análise da Coordenadoria de Fiscalização Municipal e do d. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

A **Coordenadoria de Fiscalização Municipal**, após análise dos documentos apresentados, emitiu a Instrução nº 3096/17 (Peça 09), concluindo pela **REGULARIDADE** das contas, exercício de 2016.

O **Ministério Público junto a este Tribunal de Contas**, no Parecer nº 9111/17 (Peça 10), da lavra da Procuradora Valéria Borba, após o exame relativo às disposições constitucionais e legais, acompanha o entendimento da Coordenadoria Técnica, pela **REGULARIDADE** das contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

VOTO

Por todo o exposto, acompanhando a Coordenadoria de Fiscalização Municipal e o douto Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, **VOTO**, na forma do artigo 16, I, da Lei Complementar nº 113/2005, que esta Corte julgue pela **REGULARIDADE** as contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, relativas ao exercício de 2016, de responsabilidade de seus Presidentes à época, Sr. **GILBERTO MARSARO** (gestão 01/01/2016 a 02/10/2016) e Sr. **DIOGO RODRIGO ACHTENBERG** (03/10/2016 a 31/12/2016).

Após, transitada em julgado a presente decisão, autoriza-se o ENCERRAMENTO deste Processo, com base no artigo 398, parágrafo 4º, do Regimento Interno, remetendo-o à Diretoria de Protocolo, para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do mesmo Regimento.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:

I. Julgar pela **REGULARIDADE** das contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, relativas ao exercício de 2016, de responsabilidade de seus Presidentes à época, Sr. **GILBERTO MARSARO** (gestão 01/01/2016 a 02/10/2016) e Sr. **DIOGO RODRIGO ACHTENBERG** (03/10/2016 a 31/12/2016).

II. Autorizar, após o trânsito em julgado a presente decisão, o ENCERRAMENTO deste Processo, com base no artigo 398, parágrafo 4º, do Regimento Interno, remetendo-o à Diretoria de Protocolo, para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do mesmo Regimento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, IVAN LELIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Sala das Sessões, 21 de março de 2018 – Sessão nº 8.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Presidente

12. Certidão de Publicação DETC



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 162149/17
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU
INTERESSADO: DIOGO RODRIGO ACHTENBERG, NILSON MARIO KONIG

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão nº 632/2018 – Segunda Câmara, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1793, do dia 27/03/2018, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 28/03/2018

13. Certidão de trânsito em julgado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Segunda Câmara

PROCESSO Nº: 162149/17
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU
INTERESSADO: NILSON MARIO KONIG, DIOGO RODRIGO ACHTENBERG
RELATOR CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Nº 430/18 - S2C – ACÓRDÃO

Certifico que o Acórdão nº 632/2018, da Secretaria da 2ª Câmara (peça nº 11), proferido no processo acima citado, foi disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1793, do dia 27/03/2018, considerando-se como publicado no dia 28/03/2018, e tendo transitado em julgado no dia 23/04/2018¹.

2ª SECAM, em 24 de abril de 2018.

Daisy Maria Benetti
Matrícula nº 52.054-3

¹ Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

Art. 386. Os prazos serão contados, conforme o caso:

§ 3º Para os fins do disposto no inciso II, do *caput*, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas; (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

§ 4º Os prazos processuais para interposição de recursos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação no periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas; (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)